

Professor vê futuro amargo

SILVIO DONIZETTI
Correspondente

São Paulo — O professor Adroaldo Moura da Silva, da Universidade de São Paulo, faz com exclusividade para o **Correio Braziliense** uma análise das perspectivas do país nos próximos meses, que — segundo ele — não acena com nenhuma possibilidade de recuperação econômica a curto prazo. Adroaldo acredita que teremos “alguns meses amargos aí pela frente”. Lembra também que o país já tem uma moratória de fato muito mais generalizada do que se imagina e que vive um dilema em relação ao FMI, pois se nos enquadrarmos na linha de austeridade pregada pelo Fundo, talvez possamos obter os empréstimos necessários para pagarmos as dívidas externas, mas “talvez não tenhamos esperanças de solução dos problemas brasileiros a médio prazo”. O professor alerta também para o perigo do governo não ter condições de manter a coesão interna se aplicar esta política no seu limite.

Adroaldo da Silva 44 anos, não vê uma relação direta entre crise econômica e ditadura, mas adverte que existe um risco potencial com o agravamento da situação econômica que, pode resultar numa convulsão social. Adroaldo é formado em Economia e Administração pela USP; em 1972 obteve PhD pelo Departamento de Economia da Faculdade de Economia de Washington. Atualmente é, além de professor de Economia da USP, diretor da Fundação do Instituto de Pesquisa de Economia, membro do Conselho Superior de Economia da FIESP, do Conselho Consultivo do Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais e do Conselho Científico e Tecnológico do CNPA.

— Qual a perspectiva do Brasil no setor econômico para os próximos meses?

— A expectativa em relação à produção industrial nos próximos meses não é a mais animadora. Muito provavelmente deverá ocorrer uma forte desaceleração deste setor, isto porque existe uma situação de crédito extremamente complicada, já que praticamente o crédito está bloqueado. Além disso, o pouco crédito que ainda se tem corre a taxa de juros excessivamente elevada. Aliado a isso, há também um gravíssimo problema na área de importação de matérias-primas para o setor industrial, portanto essa área não é das melhores.

E bom lembrar também que se importações já vêm caindo em termos reais desde 1979 e agora com a recente medida de controle de disponibilidade de moeda estrangeira para fazer pagamentos externos e a dificuldade de financiar importações no exterior para o Brasil agravar-se mais ainda esta tendência. Portanto, o setor industrial sofrerá um grande inibidor de produção, além disso tem-se também além do capital de giro, do juro real alto e das importações, uma inibição da demanda, expectativa de queda da renda real do consumidor brasileiro por conta, de um lado, da política salarial e da própria recessão. Então existem muito poucas razões para ser otimista quanto ao desempenho do setor industrial nacional, nos próximos três ou quatro meses.

— E em relação às outras áreas?

— Na área de construção civil que é também um outro setor importante para a produção de emprego, você não tem nenhum outro fator novo que permita projetar com otimismo a recuperação da demanda de novas construções, portanto, o emprego aí também ficará deprimido. Dessa maneira para os próximos meses você tem um quadro realmente muito desesperador em relação à produção e ao emprego urbano, em particular.

Na área agrícola, também ocorre uma situação meio complexa com possibilidade de ocorrer escassez de alguns produtos básicos. Já se observa a subida real dos preços dos principais produtos agrícolas, e já se fala inclusive na necessidade de importar alimentos como o arroz, o que mostra uma situação difícil de suprimento interno face a todas essas calamidades climáticas. Agora, com relação ao próximo ano, quando se começa neste segundo semestre a plantar para a produção de alimentos e matérias-primas industriais para 1984, tem-se a inibir o processo de produção agrícola, pois existe a impossibilidade de importar praticamente adubos, levando-se em conta que o crédito está mais caro e mais reduzido para este setor. Portanto, não há nenhuma boa razão para acreditarmos que a situação agrícola tenha um bom desempenho.

— E com relação à inflação?

— No “front” da inflação, existe uma situação muito pouca animadora para os próximos dois ou três meses. Ainda em julho temos uma inflação extremamente elevada, superior a treze por cento, em agosto, ainda vão se registrar algumas pressões inflacionárias herdadas dos últimos meses que deverão se materializar em inflação ainda este mês e a ameaça de uma nova pesada elevação dos preços dos derivados de petróleo. Portanto existe aí uma inércia inflacionária muito forte concentrada entre agosto e setembro.

Depois disto, se os preços dos produtos agrícolas não estragarem esta “festa”, se não ocorrer nenhum outro ajuste de preços dos bens dos insumos básicos 74 administrados pelo governo a exemplo da energia elétrica, derivados de petróleo, efetivamente deverá ocorrer uma redução da taxa mensal de inflação a partir de setembro, isso em função da própria recessão, da política salarial, do controle de crédito e da queda da renda real do setor urbano. Com isso haverá menos produtos mas provavelmente menos demanda a partir de agosto e setembro. Então, a curto prazo o horizonte é dos mais trágicos, quer dizer o elemento central por trás disto tudo é a asfixia cambial. Vamos ter ao longo destes meses com esta recessão industrial a aceleração inflacionária. Os três meses que vêm aí vão ser muito bravos porque a comunidade financeira internacional não está demonstrando sinais de simpatia com o Brasil. Isto é, ao contrário do que está ocorrendo com o México que fez sua recessão mais brava no começo do ano e agora negocia um pacote de 20 bilhões de dólares com o propósito de obter uma carência de três a quatro anos que lhe dará seguramente um fôlego para respirar e rearrumar a economia. No caso

nheiro para pagar a eles insistem no pagamento, o resultado será o pior possível.

— Agora com relação às mudanças domésticas que precisam ocorrer, elas poderiam melhorar o relacionamento do Brasil com a comunidade financeira internacional?

— O que a comunidade econômica financeira internacional cobra do Brasil é uma coisa que eles acreditam que seja consistente na direção de nos impor uma certa austeridade doméstica de forma a mostrar seriedade na administração da economia. O problema é que a gente pode discordar dos critérios de eficiência que eles têm; eu particularmente discordo. Naturalmente os banqueiros internacionais devem ter visto com bons olhos todo esse bloqueio do crédito, o controle dos dólares disponíveis para concentrá-los no pagamento do serviço da dívida, a mudança salarial e seguramente verá com bons olhos a redução dramática da taxa de inflação e acredito que não haja nenhum brasileiro que não queira uma redução da inflação, mas ninguém vai querer que esta redução ocorra a despeito de qualquer outro desdobramento que possa ocorrer na área de emprego e produto. O que eles estão a exigir de nós realmente é uma política extremamente austera negociada com o FMI, que está querendo o nosso enquadramento nos cânones que instruem a política ditada pelo Fundo. Aí é que está o problema, pois se a gente se enquadrar nesta linha talvez tenha dinheiro, mas também talvez não tenhamos esperanças de solução dos problemas brasileiros a médio prazo.

— Pelo que já se viu, esta linha é drástica para o trabalhador brasileiro?

— É drástica para o País inteiro, não somente para o trabalhador. Na ótica do banqueiro inter-

crise externa. Então ao contrário de enfatizar estes três aspectos (expansão do comércio mundial; redução das taxas de juros internacionais; e a recuperação da relação de trocas), eles enfatizam que qualquer que seja o desdobramento dos fatores externos, o Brasil tem que cortar o consumo doméstico, diminuir o déficit do setor público e aumentar a taxa de juro real do mercado interno. E como se a comunidade financeira internacional não tivesse nenhuma responsabilidade com este processo. E isto que nós estamos precisando realmente mudar, a atitude dos nossos negociadores. Neste “front” é due nós precisamos lutar para abrir espaço e ganhar tempo. E é isto que está faltando por parte dos negociadores do FMI. Acho que a explicitação sistemática é coerente, politicamente espaldada pelo país de que isto precisa ser visto desta forma. Então tanto do ponto de vista da intensidade quanto da ênfase do programa, a comunidade financeira internacional vê de forma equivocada o problema do endividamento brasileiro.

Os banqueiros internacionais vêem de forma equivocada que a crise é global e não localizada na América Latina e querem que os países latino-americanos façam sua recessão para poderem se

queio do crédito de alguma forma prejudicou todo mundo. Mas, evidentemente, se o consumo chegou a representar 80 por cento do País, quer dizer que os mais prejudicados são aqueles que consomem. E se o trabalhador consome uma parcela expressiva de sua renda e se é o consumo que está sendo mais reprimido e o trabalhador é a parcela mais expressiva do consumo total, significa dizer que o ônus maior cai sobre o trabalhador. Até por uma questão de organização e distribuição da produção nos diferentes segmentos sociais.

— E quanto aos bancos, eles vão se enquadrar ao pacote que limitou os juros? Além da reciprocidade - exigências de seguros e outros contratos para quem pede empréstimos.

— Se há algum setor que tenha ganho dinheiro com a crise foram os bancos e os distribuidores de alimentos das grandes cidades. Mas desta vez também os bancos vão sofrer um pouco porque eles têm, de um lado, no seu ativo, inúmeras empresas que estão entrando num processo acelerado de liquidez e algumas delas até de insolvência, portanto os bancos têm no seu ativo alguns títulos de empresas sem condições de pagar seus compromissos. Acho que o tempo das vacas gordas para os bancos também já passou.

— Que outras artimanhas os bancos podem criar para não reduzir seu lucro escandaloso?

— Acho que nenhuma. Na medida em que as empresas devedoras não pagam seus compromissos, que eles são obrigados e refinar a longo prazo os débitos do tipo da Sunamam, Siderbrás, e na medida em que lhes encontram dificuldades em captar recursos internos, porque o Tesouro está captando as taxas mais altas, os bancos vão tentar se defender de todas as formas, mas o

Não sei se o governo manterá coesão interna, se aplicar a política do FMI

Agil Fotojornalismo (Júlio Bernardes)



Adroaldo Moura diz que recuperação econômica não será a curto prazo

nacional, este é o preço a pagar para continuar sobrevivendo a nível internacional e, segundo eles, a auditoria desta política deve passar pelo FMI. Agora as características desta política, primeiro quanto à intensidade com que ela está sendo aplicada e a ênfase que ela dá aos instrumentos de controle interno, no meu entender são totalmente equivocadas e insustentáveis para um país em desenvolvimento como o Brasil; quanto à intensidade, eles estão a exigir que o Brasil faça um ajuste no seu balanço de pagamentos de forma dramática com redução dramática de consumo interno no curto espaço de um ano. Isto evidentemente numa sociedade que já sofre dois anos subsequentes de recessão terá um custo social enorme. Não sei se o governo terá condições de manter a coesão interna se aplicar esta política no seu limite. Segundo, em relação à ênfase da política que o Fundo nos obriga a seguir, é no meu entender equivocada porque o FMI implicitamente coloca a culpa do endividamento no país devedor e não percebe que o país credor é co-responsável pela crise. E não percebe que os ônus deste ajustamento deveriam ser divididos pelo menos mais equitativamente entre países credores e devedores e em nenhum momento nas negociações com o FMI apareceu compromisso que vincule o

reajustar ao sistema mundial, o que é um erro. Não se pode admitir que um país como o Brasil que tem relações muito estreitas com a Argentina, México, Chile e agora com a Venezuela e um pouco com a Colômbia possa conseguir ampliar suas exportações de maneira expressiva se a recessão está sendo engendrada simultaneamente em todos estes países. O que deverá ocorrer com esta política é uma brutal redução da renda real da população latino-americana, e particularmente do Brasil, Argentina e México que são os países que mais devem. Só tem sentido você fazer um sacrifício interno na medida em que haja um prospecto de superação do problema e o prospecto da superação do problema externo além da política interna de austeridade pressupõe também uma expansão do comércio mundial, uma redução das taxas de juros e uma espetacular recuperação das relações de trocas, senão não tem solução para esta situação nos próximos três anos.

— Qual o reflexo do pacote que limitou a aplicação do INPC sobre os reajustes salariais?

— Do ponto de vista da produção, deverá representar um corte expressivo do custo unitário da produção. Já para o setor industrial, é interessante, mas isso não deverá redundar em aumento de emprego por conta do fato de que você tem um total bloqueio do crédito interno, da disponibilidade de recursos para que o setor industrial possa expandir a produção e o emprego. Mas de qualquer forma, aqueles que continuarem produzindo terão benefícios que é um corte unitário ou preço de produção, custo unitário da mão-de-obra eventualmente, que poderá facilitar até mesmo as exportações se essas empresas forem capazes de encontrar mercado no exterior e, do outro lado, também representam um severo corte da renda interna disponível para o dispêndio doméstico.

— Agora, quando o trabalhador vai sentir na prática que tomou um tombo?

— Ele vai sentir na prática já a partir deste mês. Aquelas categorias que têm o reajuste semestral no mês de agosto já sofrerão o primeiro impacto da lei. Agora, esta lei, evidentemente, vai ter o seu efeito desdobrado em seis meses e somente depois de seis meses é que todas as categorias de trabalhadores terão passado pelo penoso processo de reajuste expurgado. E por isso mesmo que a inflação tenderá a cair somente lá na frente.

— Quem mais foi prejudicado com este pacote?

— Neste pacote também foram prejudicados os proprietários que vivem do aluguel. Com esse blo-

sistema já não permitirá que os bancos possam usufruir dos benefícios que tiveram no passado com “spread” muito generoso entre operações passivas e ativas que eles realizaram. Na verdade, uma crise cambial com uma inadimplência generalizada sempre faz mal aos bancos em determinado instante, como é o caso do México, Chile e Argentina, que com a quase insolvência externa terminou, também, por conduzir a uma insolvência no sistema bancário doméstico daqueles países. Essa experiência destes três países tem de alguma forma alertado os banqueiros brasileiros de que a hora deles pode chegar a qualquer momento. Acho que estamos diante de um impasse muito grave.

— Até que ponto a crise econômica pode culminar com uma crise política?

— Uma crise econômica pode conduzir a mudanças políticas, mas essas mudanças políticas não são necessariamente dadas pela crise econômica. Tanto uma crise econômica pode conduzir a uma situação de maior abertura política, como, por exemplo, legitimando a ação de um novo líder nacional para renegociar a dívida externa, como pode também conduzir a um fechamento no sistema. Portanto, não existe nenhuma relação necessária de crise econômica e ditadura ou democracia.

— Mas a crise econômica está levando a uma crise social?

— Sim, isto seguramente na medida em que se amplia o desemprego e o governo se sente totalmente incapacitado de explicitar uma política de emergência de criação de emprego para trabalhadores de baixa renda. Isto pode conduzir a gravíssimos problemas sociais como assaltos, roubos, motins, quebra-quebras, saques...

— O sr. não teme que esta situação possa se generalizar?

— É difícil de prever. Mas é evidente que existe um risco potencial nesta direção. Tem vários riscos implícitos aí e eu vejo como uma das coisas mais urgentes para o Brasil hoje, que a gente pudesse utilizar pelo menos o Finsocial não somente nas cheias no Sul ou nas secas no Nordeste, mas também para programas sociais simples e de baixa intensidade de recursos financeiros nos grandes núcleos urbanos que enfrentam desemprego em massa. Se fossem gastos 50 por cento do Finsocial em operações de pavimentação de ruas, desaquecimento de rios etc, o governo conseguiria minimizar o impacto desta crise social. E isto não exige muito dinheiro.

Já estamos em processo de moratória. Ela ocorre, enquanto a gente discute